OS DICIONÁRIOS COMO INSTRUMENTOS DE DIFUSÃO E PRESERVAÇÃO NA HISTORICIDADE BRASILEIRA

Dictionaries as instruments of difusion and preservation in brazilian historicity

GAVA, Águida Aparecida
CARBONIERI , Divanize

Águida Aparecida Gava - Doutora em Análise Linguística; Docente interina Departamento de Matemática Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT – Barra do Bugres; Pesquisadora Associada da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT; Integra o corpo discente do Programa de Pós-Doutoramento em Estudos Linguísticos pela Universidade do Estado de São Paulo, UNESP- Araraquara. Bolsista PNPD Capes - guidag@gmail.com

Divanize Carbonieri - Departamento de Letras e Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem/Universidade Federal de Mato Grosso - Coordenadora do grupo de pesquisa LAALID - Literaturas Africanas e Afrodescendentes de Língua Inglesa na Diáspora. - divacarbo@hotmail.com

Resumo

No presente século, as obras lexicográficas se aperfeiçoaram por sobremaneira, orientadas ao público-alvo e atentas a universos linguístico específicos. Entretanto, visto de modo panorâmico, o papel do dicionário continua sendo o de registrar a história linguística de um povo e orientá-lo em questões específicas sobre a linguagem, além de meio de difusão e instrumento preservacionista. Neste trabalho abordaremos a história dos dicionários no Brasil e as mesclas com a língua tupi ocorridas da necessidade de se nomear os novos objetos e coisas do novo mundo. Após, discorreremos de modo elucidativo sobre os modelos de repertórios mais utilizados atualmente. No âmbito do engajamento teórico, relacionamos os autores Nunes (2006), Caldeira (2008), MCarthur (1986), Gava (2012), Barros (2006), Lara (2005), Boutin-Quesnel (1985), Farias, (2010), entre outros.
Palavras-Chaves: história dos dicionários no Brasil, VLB, tipos de repertórios lexicográficos.

Introdução

A Língua possui um caráter social, visto que por todas as partes do planeta as pessoas se conectam e se comunicam por seu intermédio, seja ela falada ou gestual.

Mas, mais além, ela é um patrimônio da humanidade. E, mesmo que considerada uma entidade cultural sem fronteiras, devido à sua propriedade de se expandir indefinidamente (PERALTA, 2008), ela leva intrínsecos valores identitários próprios de uma sociedade, ou de um povo. Sendo, então, a riqueza que delimita cultura e legado seculares.

A Constituição Federal resguarda o patrimônio cultural brasileiro no Artigo 216, o qual descreve como patrimônio cultural brasileiro:

> Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira e suas formas de expressão [...] (BRASIL, 2010).

Desse modo, os antigos dicionários brasileiros representam importante registro de cunho patrimonial histórico, valioso organismo de memórias históricas.

A análise dos primeiros dicionários brasileiros, com grande influência das palavras indígenas, encerra a organização de uma sociedade e pertence a um espaço linguístico histórico ímpar. Os aspectos da linguagem, em sua maioria, são alimentados pelos diferentes povos autóctones. As mesclas linguísticas se completam e se contrapõem umas às outras e salvaguardam um momento representativo das descobertas linguísticas diante do novo mundo que se apresentava.

Nesse sentido, discorreremos sobre o surgimento do termo dicionário, apontaremos alguns modelos de repertórios atuais, sobretudo focaremos o que concerne à análise e a história dos primeiros dicionários brasileiros.

No âmbito do engajamento teórico, relacionamos os autores Nunes (2006), Caldeira (2008), MCarthur (1986), Gava (2012), Barros (2006), Lara (2005), Boutin-Quesnel (1985), Farias, (2010), entre outros.

1. A História dos primeiros dicionários no Brasil

As obras lexicográficas pioneiras no Brasil representam registro ímpar do período, nos quais encontramos certos silenciamentos, entretanto nos projetam à sociedade da

época, e nos permitem a reflexão sob seus dizeres. Como apontado por José Horta Nunes (2006), sob o enfoque da análise do discurso:

> Toda essa historicidade está marcada na forma material dos verbetes, na indicação das fontes, na sintaxe das definições. De outro lado, nota-se também que os verbetes de certo modo constroem sociedade, de maneira que o dicionário apresenta um horizonte de prospecção, o que caracteriza o seu potencial transformador quando inserido em um espaço linguístico histórico. Deste modo, observamos nos verbetes uma imagem da sociedade, imagem construída, parcial, que produz identificações e silenciamentos e que se projeta em um espaço-tempo (J. NUNES, 2006, p. 16).

A primeira ocorrência do termo *dicionário* é encontrada no ano de 1225, como *dictionarius*, título da obra do inglês John Garland, que organizou uma coleção de palavras latinas por assunto, para uso de seus alunos (MCARTHUR, 1986 *apud* CAMPELLO; CALDEIRA, 2008, p.24).

Em 1570, na Europa, foi impresso o primeiro dicionário português, de autoria de Jerônimo Cardoso, seguindo-se os de Agostinho Barbosa, em 1611, e de Bento Pereira, em 1647. Tais repertórios bilíngues limitavam-se às listas de palavras portuguesas com suas equivalências em latim.

O latim permaneceu com influência marcada na língua de diversos países durante os séculos de 1500 a 1700, acarretando a necessidade dos dicionários bilíngues. Mais à frente, com o desenvolvimento da política e fortalecimento dos estados independentes, as artes, as ciências, os estudos das línguas foram incentivados e surgiram as primeiras academias que representavam a língua nacional e conferiam prestígio aos dicionários.

A primeira academia surgiu em Florença, em 1582; era a *Accademia della Crusca*, que lançou o *Vocabulário degli Accademici della Crusca*. Em 1634, a *Académie Française* lança o projeto de seu *Dictionnaire de la Langue Française*, que levou 59 anos para ficar pronto. O exemplo foi seguido por vários países, entre eles Espanha e Rússia (MCARTHUR, 1986 *apud* CAMPELLO; CALDEIRA, 2008, p.24).

No Brasil, a história dos dicionários sucede ao descobrimento do Brasil. Colonizadores, missionários e viajantes deparam-se com falantes de idiomas ignorados, com ampla flora tropical, animais exóticos, episódios e utensílios desconhecidos.

Por razões exploratórias, missionárias, colonizadoras e militares, os dicionários surgem em meio à diversidade; Inicialmente em formato enciclopédico ou em listas de palavras.

De acordo com Nunes (2006, p. 21), as situações de dicionarização são variáreis no decorrer da história brasileira, desde os Jesuítas até o início da República.

No período dos jesuítas, a autoria era coletiva e os dicionários eram organizados por mãos de diversos missionários, em diferentes locais.

A língua indígena ganhava um estatuto importante na cena da colônia como língua de catequese e por quase três séculos os seus estudos dominaram, o que resultou na elaboração de instrumentos linguísticos como gramáticas e dicionários. O Tupi era estudado e ensinado nos colégios jesuítas e a Companhia de Jesus dominava a cena intelectual da época. Outras línguas indígenas faladas na costa eram o Kariri e o Manau (NUNES, 2006, p.51).

À mistura de idiomas, mais fortemente representada pelo português e pelo Tupi, os jesuítas chamaram *língua brasílica* ou *língua da costa* e se estendia por todo o litoral do Brasil nos séculos XVI-XVII (NUNES, 2006, p.51)

No *Vocabulário na Língua Brasílica* (VLB), Nunes destaca os dicionários funcionando como "instrumentos desvendador de paradigmas de conjunções", exemplificado no verbete que descreve o porco do mato, no uso da partícula *ete* (NUNES, 2006, p.109):

> Porco do mato – Tayaçuete, pela partícula ete não se diferem dos mansos somente, mas também doutros do mato de casta pequena a quem chamam Taigtetu, e doutros que pela grandeza e fereza, e dentes, dizem ser os mesmos de Europa a que chamam Japurutere.

Em 1560, o Padre Luis da Grã tornou a gramática de Anchieta, ainda manuscrita, obrigatória nos Colégios e os estudos do português não receberam maior atenção.

A formação das línguas nacionais no Brasil ocorreu no final do século XV e início do século XVI. Nesse período, evidenciam-se as gramáticas do Tupi, de Anchieta (1595) e de Figueira (1621), e do Kariri, de Mamiani (1699), bem como o *Vocabulário na Língua Brasílica*, que se supõe escrito durante a segunda metade do século XVI e início do século XVII (NUNES, 2006, p.50).

A finalidade da língua era a de identificar as várias espécies e as várias novas palavras. E busca-se, na comparação das línguas, a história da significação, como no texto de Anchieta[i], retomado por Nunes (2006, 82) para descrever a capivara:

> Há também outros animais do gênero anfíbio, chamados *capiyùára*, isto é, "que pastam ervas", pouco diferentes dos porcos, de cor um tanto ruíva, com dentes como os da lebre, exceto os molares, dos quais alguns estão fixos nas mandíbulas e outros no meio do céu da boca; não têm

> cauda; comem ervas, donde lhe provém o nome; são próprios para se comer; domesticam-se e criam-se em casa como os cães: saem para pastar e voltam para casa por si mesmos.

Os primeiros dicionários alfabéticos brasileiros foram bilíngues (Língua Portuguesa - Língua Indígena), concebidos por jesuítas. E, possuíam como principal finalidade, a catequização, da qual resultou a tríade, gramática-dicionário-doutrina. O *Vocabulário na Língua Brasílica* (VLB), anônimo, circulou pelas missões e colégios jesuítas do Brasil na segunda metade do século XVI e nos séculos XVII e XVIII. São conhecidos vários manuscritos desse dicionário que, não foi publicado integralmente, senão em 1938, por Plínio Ayrosa[ii] (NUNES, 2006, p.51). Ilustraremos com um o verbete do VLB, que descreve o peixe acará, retomado por Nunes:

> Acará pinima – acará pintado. Outra espécie larga e longa de sete dedos, de figura de uma pequena pera. Tem a boca pequena, os dentes agudos, os olhos muito grandes contorneados de um vermelho escuro, e branco (J. NUNES, 2006, p.130).

Para Nunes (2006, p.56), há nesses dicionários, o apagamento da memória oral indígena. Neles, não há abordagem sobre a mitologia indígena, enquanto que, a memória religiosa cristã é definida e adicionada ao contexto indígena, em palavras como "padre", "pecado", "alma".

O autor retoma Matoso Câmara (1979), que considera o trabalho linguístico missionário, uma disciplinarização da língua indígena a partir do modelo latino, que resultou no que ele denominou de *tupi jesuítico*: uma sistematização para fins de propaganda religiosa (J. NUNES, 2006, p. 87).

Com o romantismo e a Independência, no final do século XVIII, e início do século XIX, começaram os estudos sobre o português do Brasil.

A partir do século XIX, os dicionários bilíngues (Língua Portuguesa – Língua Indígena) passam a ser confeccionado por autores ligados às instituições do Império e não mais por jesuítas e a lexicografia caminha através de relatos e comentários.

Os relatos são um misto de narrativa épica, ciência natural, documentos oficiais, saber enciclopédico, literatura de viagem, retórica, informação e propaganda, inteiramente envolto por elementos lexicais da língua indígena, tendo a base no Tupi. Ilustraremos com o relato de De Lery[iii], retomado por Nunes (2006, p. 65-66), sobre o jacaré:

> Além desses animais, que constituem a alimentação habitual dos americanos, comem eles crocodilos, chamados jacarés, os quais têm a grossura da coxa de um homem e comprimento proporcional; não são perigosos pois, como me foi dado ver muitas vezes, os selvagens os

> trazem vivos para as suas casas e as crianças brincam em redor deles sem mal algum (...). Observei os jacarés medianos e vi que têm a boca muito rasgada, as pernas altas, a cauda chata e aguda na extremidade. Confesso que não verifiquei se esses anfíbios conservam imóvel a mandíbula superior, como geralmente se acredita.

Devido à ausência da imprensa até o início do século XIX, os relatos só foram publicados na Europa, sendo pouco difundidos no Brasil. Eles se caracterizam por diferentes formas de escrita para uma mesma palavra; conforme a procedência e a sensibilidade fonética do viajante; o que resultava em transcrições com diferenças lexicais;

Segundo Nunes (2006, p.53), o processo de dicionarização brasileiro estabelece-se nas seguintes etapas:

a) Transcrição alfabética de termos indígenas
b) Citações, comentários, traduções de termos indígenas, diálogos;
c) Listas temáticas de palavras LI-LP[iv] e LP-LI;
d) Dicionários bilíngues LI-LP;
e) Dicionários monolíngues de LP no Brasil
f) Dicionários bilíngues LP-LI;

Os primeiros escritos surgem no momento em que se buscava conhecimento do povo indígena (etnografia) e com o início das atividades econômicas no Brasil.

Desde o século XVI, os relatos foram deixados por portugueses, alemães, franceses e, a partir do século XVII, também por holandeses e, por isso, os termos indígenas descritos variam muito quanto à ortografia.

Na opinião de Nunes (2006, p.92), os vocabulários dos jesuítas raramente se enquadravam na tipologia dos dicionários europeus da mesma época; o autor os avalia como dicionários fraseológicos, visto que a noção europeia de palavra pouco se adequava às expressões indígenas.

Nos verbetes, os missionários utilizavam frases inteiras como entrada ou faziam corresponder frases ou estruturas complexas, em Tupi, às palavras em português, o que dava aos dicionários um caráter onomasiológico.

Conforme o autor (2006, p.97), a ordem de língua é Português-Tupi; e há também alguns termos e entradas em latim. As entradas em relação ao corpo dos verbetes ocorrem de três modos:

1. Palavra portuguesa seguida de palavras equivalentes em tupi;

2. Frases inteiras e sequência de extensão maior do que a palavra – seguida da palavra equivalente em língua brasílica (cunho onomasiológico):

> Paga na mesma moeda, se dando uma coisa por outra da mesma espécie, ora seja ouro por ouro, punhada por punhada, a carta em resposta da outra que se mandou etc**.** – Poepigcaba

3. Palavra ou sequência em português, seguida de palavra equivalente em tupi e de comentário em português:

> Por muito. Tempo em fazer o que. faz. – Aegmuãni, l, Daeigmuãni. Porque o mesmo significado negativo que afirmativo, constrói-se com supino, ut, Eiigmuãni ahe ymonhanga. i. por muito. em fazê-lo etc.

De acordo com Nunes (2006, p.99), ocorreram algumas adaptações, em língua indígena, de noções cristãs, tal como ocorre na série referente ao pecado:

> Pecado.- angaipapaba. Tecoangaipaba. Tecomemoã.
> Pecado, ou pecador contra a natureza. s. o patiens.- Tebira.
> Pecado como quer. – angaipaba

Outras características onomasiológicas foram pontuadas no discurso de Hans Staden[v] (1942) em duas viagens ao Brasil, retomado por Nunes (2006, p.64). Nele, a formação do verbete é encabeçada por uma palavra que se confunde com o próprio objeto que é descrito:

> Há ainda uma espécie de caça, chamada saruê. O animal tem o tamanho de um gato, tem pelo cinzento escuro ou claro, e uma cauda também como um gato. Quando dá cria, tem seis filhotes mais ou menos. No ventre há uma fenda de cerca de meio palmo, e no interior da fenda uma outra pele, pois o ventre não é aberto. Dentro desta bolsa estão também as tetas. Para onde vai, leva consigo os filhotes na bolsa, entre as duas peles. Ajudei muitas vezes a caçar saruês e retirei os filhotes de dentro da bolsa (STADEN, 1942, p.191).

De acordo com o autor, na sequência, que descreve um gambá, a nomeação não se destaca totalmente do texto da narração, não havendo uma formalização da entrada (NUNES, 2006, o. 64). Por isso ela se caracteriza, também, por sua formação onomasiológica, uma vez que se descreve um *objeto* sem que, no entanto, se faça uma nomeação de forma direta, ou a relação do mesmo com a língua de origem do relator.

De outra forma, também se pode observar que a organização textual é muito próxima de um verbete de dicionário enciclopédico.

Para o autor, a estruturação destes verbetes enciclopédicos se dá a partir de entrevistas com os nativos, nas quais, a forma dialogal organiza os domínios temáticos através de perguntas e respostas e que, a situação do diálogo se faz com o primeiro

perguntando e o segundo respondendo. Tal conversação, idealizada, coloca na boca dos indígenas o modo de resposta de acordo com o desejo do europeu (NUNES, 2006, p. 67).

Como já citados em nossas ilustrações, Nunes (2006, p.65), destaca os relatos do protestante francês Jean De Léry e seu relato em *Viagem à terra do Brasil* (De LÉRY, 1980), devido ao interesse que o autor demonstra pelo conhecimento da língua.

Em seu colóquio estão as primeiras reflexões gramaticais sobre o Tupi e um vocabulário estruturado a partir de uma forma dialogal.

Tal vocabulário filia-se historicamente aos dicionários bilíngues de viajantes e comerciantes, elaborados com uma estrutura de conversão, com seus domínios temáticos embasados através de perguntas e respostas. É, ao mesmo tempo, dicionário de coisas e de língua. Suas observações gramaticais se concentram nos pronomes pessoais e na conjugação dos verbos, além de tecer considerações de ordem morfológica e etimológica, sobretudo com relação às nomeações indígenas, exemplificada na citação transcrita por NUNES (2006, p.68) sobre a água:

> Os selvagens chamam a água doce uh-ete e a água salgada de *uh-een*; esta dicção obtêm-na com a garganta como os hebreus fazem com as guturais e por isso era para nós a mais penosa de reproduzir entre todas as do idioma indígena (De LÉRY, 1980).

1.2 Repertórios pioneiros

Começaremos descrevendo o Vocabulário na Língua Brasílica, VLB, o primeiro manuscrito Português-Tupi, elaborado para que os missionários pudessem pregar em Tupi. Ele organiza o cenário linguístico da época, na chamada "língua brasílica", a que Anchieta se refere também como "a língua mais falada na costa do Brasil", e serviu ao movimento de conquista dos colonizadores.

Esse dicionário foi elaborado com o interesse prático de ensinar aos missionários a língua indígena, a fim de converter os nativos. Tratava-se de uma situação social em que conviviam indígenas, colonos e mestiços, na qual o Tupi era ensinado, juntamente com o português às crianças (índios, filhos de colonos, crianças trazidas de Portugal) nas "escolas de ler, escrever e contar", dos jesuítas (J. NUNES, 2006, p. 93).

Sendo um dos únicos dicionários coloniais que traz reflexões sobre o funcionamento da língua indígena, o VLB apresenta comentários gramaticais e discursivos em grande número de verbetes. As entradas são constituídas por palavras, sintagmas ou

frases. Esse vocabulário serviu a muitas compilações, mas os comentários linguísticos que ele contém raramente foram reproduzidos em outros dicionários.

Também do VLB, Nunes (2006, p.101) destaca a ordem (alfabética) de entrada em português, exemplificada nas entradas para peixe:

> Peixe. gnlr – Pirâ
> Peixe Boi. – Ygoaragoa
> Peixe serra. – Igbira.
> Peixe enxada.- Parû.
> Peixe avoador. - Mijuipira

Outro dicionário importante da época Colonial é o *Dicionário Português-Brasiliano* (DPB), publicado em Lisboa, 1795. O seu manuscrito, encontrado no Convento do Maranhão, data aproximadamente de 1751 e trata-se do primeiro dicionário LP-LI publicado. Suas entradas eram em palavras, sintagmas e muito raramente frases. O corpo dos verbetes não contém comentários linguísticos. Apresenta apenas uma sequência equivalente em LI (Nunes, p. 127).

Em 1891, foi publicado no Rio de Janeiro o *Dicionário da língua geral do Brasil*, que faz parte do Poranduba de Frei Prazeres do Maranhão (1981) e, em 1934, em São Paulo, houve a publicação do manuscrito do DBP de Frei Veloso (NUNES, p. 127).

O autor destaca o papel de Anchieta, na história da lexicografia brasileira, que além de autor de uma gramática do tupi e um dos prováveis autores do *Vocabulário na Língua Brasílica*, realizou importantes descrições da fauna e flora brasileiras (NUNES, 2006).

Os jesuítas foram expulsos do Brasil em 1759. Com o Regimento de Pombal, mais de quinhentos religiosos se retiraram do Brasil. O conjunto de medidas que se seguiram, conhecidas por *Reformas Pombalinas* ou *Pombalismo,* incidiu de modo intenso sobre as atividades intelectuais do país, principalmente através da reforma da instrução pública e foram sentidas intensamente no país (NUNES, p. 125).

A primeira consequência para a política linguística preconizada pelo Regimento foi a proibição do Tupi nas escolas e a obrigatoriedade do ensino do Português (NUNES, p. 126).

Desde a segunda metade do século XVIII, com a intervenção do marques de Pombal e posteriormente com o Império, firmou-se mais decididamente uma política de implantação do português e marginalização, quando não, extermínio das línguas indígenas, incidindo também nas línguas gerais. Na lexicografia, isto levará, de um lado, à produção

de dicionários monolíngues do português e, de outro, a mudanças nos dicionários bilíngues.

Com a expulsão dos jesuítas, não somente no Brasil como também de diversas partes do mundo, os materiais linguísticos que eles deixaram se acumularam em arquivos religiosos europeus.

Esse momento coincide com o início do trabalho dos gramáticos comparatistas, que envolve classificações das línguas do mundo e as construções de teorias gerais e evolucionistas. Alguns estudiosos brasileiros (Gonçalves Dias, Ferreira França, Prazeres do Maranhão) e estrangeiros (Martius, Platzman) realizaram compilações de dicionários dos jesuítas que estiveram no Brasil, acrescentando e suprimindo termos, atualizando o corpo dos verbetes, introduzindo comentários gramaticais ou mesmo reduzindo os dicionários de caráter enciclopédico a glossários termo a termo (NUNES, p. 147).

Neste contexto estão as obras *Chrestomathia da Língua Brasílica*, de Ferreira França (Leipzig, 1859), e o *Dicionário da Língua Geral Brasílica: português e alemão*, inserido na *Glossaria Linguarum Brasiliensium*, de Martius (1867) (J. NUNES, p. 155).

O primeiro dicionário monolíngue do português, o Dicionário da Língua Portuguesa, elaborado pelo brasileiro A. de Moraes Silva e publicado em Lisboa, é relativamente tardio, datando de 1789. Esse dicionário inaugura um novo viés para a lexicografia brasileira, introduzindo, mais decisivamente, a tradição europeia no Brasil. Sua particularidade vem do modo como as palavras de origem indígena são introduzidas no dicionário e o modo de definição que ele produz (NUNES, p. 183).

Em finais do século XIX, a produção dos monolíngues se divide em dois percursos: O primeiro é o que vem da tradição portuguesa. Os dicionários gerais, tais como o Moraes (1789), o Aulete (1881) e o Figueiredo (1899) passam a incorporar um número cada vez maior de brasileirismos (NUNES, p. 225).

O segundo é marcado pela produção de dicionários de brasileirismos, extensos, com a ideia de representar toda a língua nacional. Esses dicionários apontam para a vinda dos grandes dicionários brasileiros de língua portuguesa, o que ocorrerá em meados do século XX.

Durante o Império e com a vinda da Família Real, outras condições determinaram a confecção de dicionários bilíngues. Com a Independência da República há o estabelecimento de diversas instituições, ocasionando novas práticas lexicográficas (NUNES, p. 133).

Há o surgimento da política indigenista, que oficializou os latifúndios e atribuiu aos indígenas o estatuto de órfãos:

> A política indigenista nesse período levantava o pensamento de que os indígenas estavam fadados ao extermínio, por inadaptabilidade a uma pretendida evolução humana. Essa política se exerceu através de legislações como a Lei das Terras, que oficializava os latifúndios; o Regimento das Missões, que unia civilização e catequese; e também a atribuição do estatuto de órfãos para os índios, sustentando o paternalismo oficial. A visão do indígena como historicamente primitivo e inferior ao civilizado foi utilizada como argumentos para justificar tais políticas (J. NUNES, p. 136).

Enquanto a língua geral era combatida, o tupi era tomado como língua ideal, de maneira que se consolidava a imagem romântica do indigenista brasileiro.

O império foi palco da distinção de outros grupos e subgrupos de línguas indígenas e das primeiras classificações linguísticas:

> Martius (1867)[vi] realizou a primeira classificação em que se distingue o tupi-guarani do grupo Jê. O interesse pelo conhecimento da diversidade linguística ascendia, de modo que diferentes línguas, antes englobada pelo designativo *Tapui*, passam a ser nomeadas e classificadas (J. NUNES, p. 137).

No presente século, as obras lexicográficas se aperfeiçoaram por sobremaneira, orientadas ao público-alvo e atentas ao universo linguístico que representam. Como exemplo, podemos citar os dicionários especializados, que abordaremos a seguir.

2. Repertórios atuais

De maneira sucinta, abordaremos os modelos de dicionários atuais, com o intuito de demonstrar como se deu a estruturação dos repertórios. Os quais seguiram caminhos específicos, de acordo com o público o qual se deseja atingir e a finalidade da obra. Presentemente são voltados a atender uma sociedade centrada na informação e na troca de conhecimento.

Desse modo, o papel do dicionário é normalizar nomenclaturas particulares em línguas de especialidade, estabelecer modelos de transmissão de informação, bem como retratar o caráter social e pedagógico de um grupo. O dicionário rescinde equívocos na comunicação por termos desconhecidos, apresentando retornos didáticos e seguros ao consulente (CAMPELLO; CALDEIRA, 2008, p.24).

As obras lexicográficas correspondem aos dicionários de línguas, dicionários especiais e aqueles que registram unidades lexicais em todas as acepções de um sistema linguístico.

A tipologia de uma obra diz respeito aos níveis de abstração da linguagem verbal, cuja unidade linguística tratada pode pertencer. Sendo os dicionários e léxicos situados no nível da língua (sistema) e os vocabulários e glossários no nível da fala (BARROS, 2004, p. 136).

Um dicionário de língua procura apresentar, de forma exaustiva, todos os sentidos de uma unidade lexical dentro de um sistema linguístico, já uma obra terminográfica se atém exclusivamente ao conteúdo específico de um termo em um dado domínio, considerando elementos objetivos e subjetivos de uma língua de especialidade.

O tipo de definição para cada dicionário dependerá dos usuários aos quais se propõe atender. Atualmente, os modelos mais recorrentes são os dicionários semasiológicos e onomasiológicos.

Os dicionários semasiológicos têm como principal característica apresentar paráfrases definidoras, enquanto os dicionários onomasiológicos caracterizam-se pelo estabelecimento de relações conceituais entre as palavras, a exemplo do *thesaurus*, dos dicionários de sinônimo-antônimos, dos dicionários pela imagem, ou mesmo dos dicionários bilíngues (FARIAS, 2010, p. 3).

Definimos um dicionário como onomasiológico quando a recolha de palavras está organizada em campos conceituais, como ocorre com os dicionários analógicos, os quais possuem uma estrutura semelhante.

2.1 Glossários e Vocabulários

O termo *glossário* e o termo *vocabulário* muitas vezes são confundidos e tidos como equivalentes. Para o *Office de la Langue Française*, o glossário é considerado como uma obra que "define ou explica termos antigos, raros ou pouco conhecidos (BOUTIN-QUESNEL, 1985, p. 29)".

Para Barros, o termo *glossário* é utilizado na linguagem corrente para designar tanto um vocabulário, dicionário ou ainda uma coleção de palavras-ocorrência de um discurso, como por exemplo, o léxico de uma obra (BARROS, 2004, p.137).

A Norma ISO 1087 (1990), em uma versão francesa, não prevê a designação *glossário* e, na versão em inglês, o termo assentido para *glossário* é v*ocabulário.*

No Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, o termo *glossário* é definido como se segue:

> Glossário. [do lat. *Glossarius.*] S.m **1.** Vocabulário ou livro em que se explicam palavras de significação obscura; elucidário. **2**. Dicionário de termos técnicos, científicos, poéticos, etc. **3**. Vocabulário que figura como apêndice a uma obra, principalmente para elucidação de palavras e expressões regionais, ou pouco usadas [...] **4**. Léxico de um autor, que figura, em geral, como apêndice a uma edição crítica [...] (Ferreira, 1986, p. 854).

Na opinião dos autores Wright e Budin (1997, p.325), glossário é lista alfabética de termos ou palavras encontradas em texto ou relativos a um determinado tema. Observam ainda que os glossários diferem-se de trabalhos independentes por caracterizarem-se como elementos pós-textuais de livros e publicações. Ademais, para os autores, glossários são tidos por vezes como menos científicos em seus objetivos e metodologia do que em terminologias, padrões terminológicos e mesmo vocabulares, ainda que exista certo grau de sinonímia.

Para a professora Marilda Lopes Lara, um glossário é um dicionário terminológico que contém uma lista de designações de um domínio e seus equivalentes em uma ou mais línguas (LARA, 2005, p.24).

Dessa forma, os termos *glossário* e *vocabulário* se confundem e carregam certa semelhança. Para nós, eles podem representar obras em formato de lista de unidades lexicais ou terminológicas e são utilizados hoje como pequenos compêndios explicativos restritos à um pequeno conjunto semântico.

Considerações Finais

A história dos dicionários no Brasil mistura-se à história do contato e às estratégias civilizatórias de conquista e pacificação. A língua indígena foi a primeira barreira a ser vencida em busca de território, riquezas minerais e *almas* a serem convertidas ao cristianismo. A vegetação, os animais, os rios, os objetos, até então desconhecidos, possuíam seus nomes indígenas e nenhuma relação com a ciência europeia, o que explica a necessidade de verbetes enciclopédicos e onomasiológicos para descrevê-los. Vemos nos primeiros dicionários certa proximidade com historicidade indígena brasileira. Os repertórios atuais, de mesmo modo, refletem a historicidade de um povo,

suas normas e costumes, imprescindíveis para se conhecer uma língua e seus entreames. Coube aos glossários o papel elucidativo de textos e pequenos compêndios.

No presente século, as obras lexicográficas e terminológicas se aperfeiçoaram por sobremaneira, orientadas ao público-alvo e atentas a orbe linguística que representam de porção específicas de áreas do saber. Como exemplo, podemos citar os léxicos especializados, os dicionários ideológicos, onomasiológicos, thesaurus e, por fim os dicionários eletrônicos, os quais abordaremos em nova oportunidade.

Referências Bibliográficas

AULETE, F. Júlio Caldas. **Dicionário contemporâneo da língua brasílica**. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira Livraria Editora, 1881

BARROS, Lídia Almeida. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Artigo nº 216. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 67 de 22 de dezembro de 2010.Disponível em http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_22.12.2010/art_216_.shtm. Acessado em 12 jul. 2015.

CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra (Org.). **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Ciência da informação, 1).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**: século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Lexicon Informática, 2000, (versão eletrônica), CD-ROM, versão 3.0.

FIGUEIRA, Luis. **Arte da língua brasílica. Lisboa**: Manuel da Silva, 1621.

FIGUEIREDO, Cândido de. **Novo diccionário da língua portuguesa**. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmãos, 1899.

GAVA, Águida Aparecida. **Plataforma Kuhi pei**: proposta de um modelo de dicionário terminológico onomasiológico multilíngue para crianças, Português-Arara, Kadiwéu, Karitiana, Parintintin, Xavante, Zoró. 2012. Tese (Doutorado)-Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2012.

LARA, Luís Fernando. O Dicionário e suas disciplinas. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LEXICOGRAFIA, 1., 2002, Barcelona. **Anais**... Barcelona: Instituto Universitário de Linguística Aplicada da Universidade Pompeu – Fabra, 2002.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. **Elementos de terminologia**: apostila para uso didático. São Paulo: Universidade de São Paulo- Escola de Comunicações e Artes, Depto de Biblioteconomia e Documentação, 2005. Disponível em: <http://geaas.net/biblioteca/arq/biblioteca_geaas_0929261305.pdf >. Acesso em: 13 abr. 2011.

LÉRY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.

NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil**: análise e história. Campinas: Pontes Editores; São Paulo: FAPESP, 2006.

McARTHUR, T. **Worlds of reference**: lexicography, learning and language. Cambridge: University Press, 1986.

MARCGRAF, George. **História natural do Brasil**. São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 1942.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. SãoPaulo: Hucitec, 1997.

MARTIUS, Karl ***Friedrich*** Philipp. Von. **Wörtersammlung brasilianischer sprachen, glossaria linguarum Brasiliensium, glosários de diversas línguas e dialetos, que falam os índios no**

Império do Brasil. Leipzig: Friedrich Fleischer, 1867.
MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998.
ORGANISATION INTERNATIONALE DE NORMALISATION. **Terminologie-vocabulaire**. Genebra : ISO, 1999. (Norme Internationale ISO 1087, 1990).
PERALTA, José Jorge. **Nossa pátria lusófona** – I: Num mundo multipolar, dimensões da pátria lusófona. São Paulo, 15 abr. 2008. Disponível em http://www.patrialusofona.com.br/. Acessado em 12. Jul. 2015.

---

[i] ANCHIETA, José de. **Cartas**: informações, fragmentos históricos e sermões 1554-1594.

[ii] AYROSA, Plínio. Vocabulário na língua brasílica. São Paulo: Coleção Departamento de Cultura, vol XX, 1938.

[iii] LERY, J. de. Viagem, à terra do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1980.

[iv] LI Língua Indígena – LP- Língua Portuguesa

[v] STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**. São Paulo: Sociedade Hans Staden, 1942.

[vi] MARTIUS, K. F. P. Von. Wörtersammlung Brasilianischer Sprachen, glossaria linguarum Brasiliensium, glosários de diversas línguas e dialetos, que falam os índios no Império do Brasil. Leipzig: Friedrich Fleischer, 1867.